

# TEXTOS PARA DISCUSSÃO

## LabCit/Gedri

V. 1, n. 3, 2020  
ISSN 2675-3308

### Vírus expõe falha sistêmica na União Europeia

*Paulo Miguel Madeira*

**O Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transporte e Logística – Labcit** se constitui como espaço de interação entre pesquisadores, professores, estudantes e comunidade, oferecendo suporte para atividades de pesquisa, ensino e extensão. A origem do laboratório remete ao **Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas – Gedri**, constituído em 2005. O mesmo congrega pesquisadores de diferentes regiões do país. O grupo é certificado pelo CNPq desde 2005 e atualmente é sediado no Departamento de Geociências da Universidade do Federal de Santa Catarina (UFSC).

LABCIT/GEDRI  
Departamento de Geociências  
Bloco C do CFH, Sala 4  
E-mail: marcio.silveira@ufsc.br  
Telefone: 048-3721-8594  
Ramal: 8594



Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC  
Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH  
Departamento de Geociências – GCN  
Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da UFSC  
Laboratório de Estudos sobre Circulação, Transportes e Logística -  
LABCIT  
Grupo de Estudos em Desenvolvimento Regional e Infraestruturas -  
GEDRI  
Coordenador: Márcio Rogério Silveira

Site: <https://labcit.ufsc.br/>

# Vírus expõe falha sistémica na União Europeia

**Textos  
para  
Discussão**

**Paulo Miguel Madeira**

Geógrafo, Instituto de Ciências Sociais e Centro de Estudos  
Geográficos da Universidade de Lisboa

## **Resumo**

A covid-19 encontrou a União Europeia numa situação de dependência externa para obtenção de equipamento de proteção pessoal e com os sistemas de saúde de muitos países debilitados, o que impossibilitou a adoção de medidas sanitárias robustas que não passassem pelo recurso ao confinamento da generalidade da população de muitos países e a paralisação de vastos sectores das suas economias. Gerou-se assim um choque económico sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial, que muito provavelmente agravará as dinâmicas de divergência de desenvolvimento entre países, que ameaça desintegrar a zona euro e a própria UE. Neste contexto, surgem tendências para alguma nacionalismo económico que está a acelerar a desglobalização que se manifestava nos anos mais recentes.

**Palavras-chave:** covid-19, União Europeia, falha sistémica, desigualdades territoriais, desglobalização

## **VIRUS EXPOSES SYSTEMIC FLAW IN THE EUROPEAN UNION**

### **Abstract**

Covid-19 found the European Union in a situation of external dependence to obtain personal protective equipment and of weakened health systems in many countries. This made it impossible to adopt robust sanitary measures that did not involve the confinement of the general population of many countries and the paralysis of vast sectors of their economies. This created an economic shock of unprecedented dimensions since the Second World War that most likely will aggravate the dynamics of divergence between countries, which threatens to disintegrate the eurozone and the EU itself. In this context, trends are emerging towards some economic nationalism that is accelerating the deglobalization that has begun in recent years.

**Keywords:** covid-19, European Union, systemic failure, spatial inequality, de-globalization

## INTRODUÇÃO: EVIDÊNCIA DE UM PROJETO PERVERTIDO

Uma das consequências da pandemia de COVID19 será a de ter posto à vista de todos que a União Europeia (UE) é um projeto falhado do ponto de vista dos interesses da generalidade dos povos europeus, a vários níveis. Isto terá enormes consequências políticas e económicas, que terão impactos importantes a várias escalas, inclusive à escala mundial. Outra consequência desta virose será pôr em evidência a fragilidade do neoliberalismo globalista que nos tem regido e como chegou a extremos que o esvaziam de qualquer credibilidade intelectual e legitimidade moral.

No momento em que escrevo, próximo de Lisboa, vários países iniciaram um processo de “desconfinamento” gradual das suas populações. Isto depois de centenas de milhões de europeus terem ficado com a sua vida suspensa e sujeitos a regimes mais ou menos coercivos de permanência nas suas residências, com as suas saídas limitadas a situações específicas determinadas pelas autoridades. Em Portugal, isso incluía ir trabalhar, se a atividade profissional não pudesse ser feita por teletrabalho; ir abastecer-se de produtos básicos, no supermercado ou na farmácia, por exemplo; levar cães à rua e fazer exercício físico (excluindo atividades em grupo).

Desde 4 de maio, o pequeno comércio de proximidade pode reabrir, mas sujeito a restrições de funcionamento, como limitação do número de clientes dentro das lojas. Passou a ser obrigatório uso de máscaras faciais nos transportes públicos, em supermercados e na generalidades dos espaços interiores. Os serviços públicos continuam com o atendimento presencial muito limitado, privilegiando-se o atendimento à distância (*online*). As escolas continuam maioritariamente fechadas. As atividades dos tribunais continuam na generalidade suspensas, mas os dentistas já podem de novo trabalhar.

Esta estratégia de diminuição drástica do contato social foi necessária para conter a disseminação do vírus e salvar muitas vidas, porventura dezenas de milhares em Portugal e centenas de milhares ou mesmo milhões por toda a Europa. Estão mais em risco idosos (e pessoas com problemas de saúde específicos) e os europeus são uma população muito envelhecida. O problema é o que nos conduziu até esta situação, em que a principal resposta que os países europeus tiveram de início para oferecer às suas populações foi algo típico da Idade Média, quando a higiene e a medicina não tinham ao seu alcance o conhecimento e os recursos atualmente existentes.

A estratégia de diminuição drástica do contato social acarreta no entanto uma paragem da atividade também drástica, que deverá conduzir a Europa a uma recessão sem precedentes desde a Segunda Guerra Mundial. Isso terá consequências muito diferentes nos vários países, consoante a situação das suas contas públicas, que estão muito debilitadas no Sul e robustas no Centro germânico, o que fará aumentar as fraturas internas a um ponto em que poderão conduzir a uma rotura, caso não venha a ser alterada a abordagem que tem sido seguida. Se isso acontecer, causará choques territoriais fortíssimos e assimétricos na Europa e agravará as tendências já em curso no sentido da desglobalização de parte da produção industrial.

### Dependência externa em sectores vitais gerou choque económico

O surto de corona vírus surgiu na China em dezembro e, durante quase um mês, foi abafado pelas autoridades, o que permitiu uma mais fácil disseminação por todo o mundo do que se tivessem sido de imediato tomados os cuidados necessários<sup>1</sup>. Isto também atrasou possíveis medidas que as autoridades de outros países poderiam adotar para proteger as suas populações. Poderiam, por exemplo, reforçar os *stocks* de equipamento de proteção individual, como máscaras faciais, gel hidro-alcoólico ou luvas descartáveis; e

<sup>1</sup> [https://www.lemonde.fr/international/article/2020/04/06/il-ne-faut-pas-diffuser-cette-information-au-public-l-echec-du-systeme-de-detection-chinois\\_6035704\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2020/04/06/il-ne-faut-pas-diffuser-cette-information-au-public-l-echec-du-systeme-de-detection-chinois_6035704_3210.html)

também reforçar a capacidade dos sistemas de saúde, com *stocks* robustos de testes ao vírus, mais profissionais, mais camas, ventiladores e outro equipamento necessário.

O absurdo é que, decorridos cerca de dois meses de ser conhecida a nova epidemia e as suas consequências potencialmente devastadores, as autoridades europeias nada tinham acautelado. Deixaram o vírus alastrar e quando começaram a reagir estavam perante uma situação terrível, pois a produção de material sanitário na UE não é suficiente sequer para as suas necessidades em tempos de normalidade na saúde pública. Assim, sucederam-se os relatos de falta de equipamentos de proteção nos hospitais portugueses e de vários outros países, colocando em risco os profissionais de saúde quando mais são necessários e facilitando a disseminação do vírus por quem necessitava de utilizar os sistema de saúde.

Não faz sentido pensar que os governos europeus não se aperceberam atempadamente da dimensão do problema. Desde o início do ano, a comunicação social (*media*) portuguesa noticiou insistentemente o que se passava em Wuhan, incluindo a cerca sanitária erigida em volta da cidade, que tem milhões de habitantes. Mas a generalidade dos governos europeus agiu como se aqui isso não pudesse ocorrer. O Governo de Espanha, em cinco ocasiões, não deu ouvidos aos alertas da OMS sobre os riscos do novo coronavírus, inclusive sobre a necessidade de reforçar *stocks* de material sanitário<sup>2</sup>. Se isto aconteceu com o Governo espanhol, provavelmente aconteceu também com outros governos europeus, inclusive o português, que foi apanhado desprevenido quando a epidemia começou a alastrar<sup>3</sup>.

Além dos problemas nos hospitais, a falta de material de proteção impediu que os países tivessem podido adotar desde o início desta epidemia na Europa estratégias semelhantes às da Coreia do Sul, que testou sistematicamente quem tivesse estado em contato com pessoas infetadas, mesmo que não tivesse sintomas, e tinha máscaras suficientes para a generalidade da população. Isto permitiu conter o alastramento da epidemia com alguma rapidez, sem que esta alcançasse a dimensão trágica que assumiu em Itália e em Espanha. E permitiu também que não houvesse uma paralisação das atividades económicas tão generalizada e prolongada como a que está a decorrer na UE, estando nos últimos dias o país a aproximar-se de uma situação de vida quase normal<sup>4</sup>.

Em Portugal, de início as autoridades não recomendaram o uso generalizado de máscaras protetoras faciais, dizendo que elas transmitem uma falsa sensação de segurança. No início da epidemia, a Direção-Geral de Saúde apenas recomendou que fossem usadas máscaras por quem estivesse comprovadamente infetado pelo vírus (além do pessoal médico), para desse modo impedir o contágio de outras pessoas. Ora, como é fácil de entender por qualquer criança de dez anos, se as máscaras impedem que uma pessoa infetada contagie os outros, então se todos usarmos máscaras o risco de contágio é muito reduzido. Desde 4 de maio, porém, e como já foi referido, o uso de máscaras passou a ser obrigatório em várias situações, como transportes coletivos – o que até então não acontecia.

Este discurso sem sentido e recomendações contraditórias das autoridades de saúde não contribuem para a sua credibilidade, nem para a tranquilidade da população. A razão real para as autoridades europeias não terem recomendado de início o uso universal de máscaras deverá ter sido a sua indisponibilidade no mercado e a falta de capacidade produtiva dos vários países. Aliás, à medida que o assunto vai sendo discutido na *media* e que a penúria de máscaras começa a diminuir, o discurso dos governos europeus sobre máscaras faciais foi mudando. Qualquer pano que cubra nariz e boca diminui o risco de contágio, pois evita que sejam

<sup>2</sup> <https://www.elmundo.es/espana/2020/04/02/5e862a5121efa005338b465b.html>;  
<https://www.elmundo.es/espana/2020/04/02/5e84fb84fc6c8384018b467f.html>.

<sup>3</sup> <https://raquelcardeiravarela.wordpress.com/2020/03/25/bater-palmas-nao-chega-proposta-para-a-crise/>

<sup>4</sup> <https://www.jeschos.fr/monde/asie-pacifique/coronavirus-apres-avoir-mate-lepidemie-sans-confinement-la-coree-du-sud-passe-a-la-distanciation-de-routine-1200787>

expelidas gotículas<sup>5</sup>. O Governo austríaco foi o primeiro a anunciar um calendário para o início da normalização da vida social, impondo a obrigatoriedade do uso de máscaras em certas situações<sup>6</sup>.

A Comissão Europeia, habitualmente muito rápida a fazer recomendações aos governos para cortarem despesa (arroz fiscal) e diminuïrem os serviços públicos oferecidos às suas populações, em nome da competitividade em ambiente de globalização, nada disse publicamente sobre a necessidade de prevenir a crise sanitária e de preparar os sistemas de saúde para isso, ou sobre a necessidade de usar máscaras faciais. Aliás, a austeridade dos últimos dez anos nos países do Sul da Europa é uma das razões por que os sistemas de saúde da Itália e da Espanha ficaram rapidamente sem capacidade de resposta para todos os doentes em estado grave, tendo os médicos por vezes de escolher quais iriam tratar e quais iriam abandonar a uma morte quase certa – uma situação típica de países subdesenvolvidos.

Estas situações expuseram a dependência da UE e da generalidade dos seus países face à produção de equipamento de saúde e de medicamentos no exterior, sobretudo na China. E expuseram o perigo dessa dependência em contextos de crise, até porque começaram a surgir notícias de atos de pirataria internacional sobre equipamentos comprados por alguns países à China. A dado momento, a Turquia apreendeu material comprado pela Espanha à China cuja fase final da produção tinha sido feita na Turquia; e alguns países queixaram-se de que os EUA teriam desviado material médico comprado por eles.

Os riscos desta globalização não poderiam ser mais claros e esta situação de dependência do exterior em questões críticas como a segurança da saúde pública é uma das razões na base da intensificação do discurso de nacionalismo económico na Europa, mesmo por parte de agentes que até aqui foram muito ativos na defesa de um liberalismo que transferiu grande parte da produção industrial europeia para a Ásia. A ideia de soberania industrial voltou inclusive ao espaço público, nomeadamente em França, sendo relacionada também com a segurança nacional<sup>7</sup> – dificilmente isso não terá consequências na UE. Aliás, o fecho em força das fronteiras entre os Estados-membros da UE, quase sem coordenação entre si, é um dos sinais mais fortes da nova realidade, que deverá ser transitória, mas ainda sem prazo previsto para terminar.

Adicionalmente, devido à necessidade de isolamento social, muitas empresas europeias têm ainda a sua atividade suspensa por decisão administrativa, sem que se saiba quando poderão retomar a laboração. Há sectores em colapso, como a aviação, o turismo, a restauração; e também segmentos importantes da indústria, nomeadamente alemã, que dependem de fornecimentos da China suspensos no âmbito das medidas aí tomadas de isolamento social e que não foram ainda totalmente repostos. Na ausência de uma resposta económica e financeira muito robusta das autoridades, o cenário económico para o que sucederá nos próximos meses não é o de uma recessão como a que se sucedeu à implosão do sistema financeiro dos EUA em 2008, mas a de uma depressão do tipo da que se seguiu ao colapso da Bolsa de Nova Iorque em 1929.

Nas suas previsões de primavera, o Fundo Monetário Internacional (2020) projetou recessões de 7,5% na zona euro e 5,9% nos Estados Unidos, advertindo para riscos substanciais de resultados ainda piores e para que são necessárias políticas efetivas para evitar que isso aconteça – o que na Europa se afigura vez mais improvável à medida que o tempo vai passando. Algumas semanas depois, o Banco de Inglaterra (2020) previa uma dramática redução do 30% PIB do Reino Unido durante o segundo trimestre, face aos últimos três meses de 2019, e uma recessão de 14% para o ano de 2020. Nos EUA, em abril o desemprego atingiu um máximo de 14,7%, tem nesse mês sido destruídos mais de 20 milhões de postos de trabalho<sup>8</sup>.

<sup>5</sup> <https://www.spiegel.de/international/germany/germany-is-failing-in-its-efforts-to-obtain-protective-gear-a-fd08b86c-7b3a-4ac2-b2fe-089f4490679c>

<sup>6</sup> [https://www.lemonde.fr/international/article/2020/04/06/1-autriche-premier-pays-d-europe-a-annoncer-une-reouverture-des-commerces\\_6035734\\_3210.html](https://www.lemonde.fr/international/article/2020/04/06/1-autriche-premier-pays-d-europe-a-annoncer-une-reouverture-des-commerces_6035734_3210.html)

<sup>7</sup> <https://www.lefigaro.fr/vox/economie/plaidoyer-pour-une-souverainete-industrielle-20200415>

<sup>8</sup> [https://www.wsj.com/articles/april-jobs-report-coronavirus-2020-11588888089?mod=hp\\_lead\\_pos1](https://www.wsj.com/articles/april-jobs-report-coronavirus-2020-11588888089?mod=hp_lead_pos1)

No caso de Portugal, o choque económico será particularmente violento por várias razões. A atual paralisação da economia atinge muitos pequenos negócios familiares ou por vezes unipessoais, como cabeleireiros, restaurantes, cafés (que no Brasil são mais conhecidos por “padarias”), serviços turísticos, etc., intensivos em mão-de-obra barata. Apenas numa semana, mais de meio milhão de trabalhadores ficaram em *lay-off* (uma suspensão temporária da prestação de trabalho, sendo o trabalhador enviado para casa com uma remuneração reduzida paga pelo Estado), beneficiando de uma simplificação deste processo que o Governo introduziu na sequência da paralisação de grande parte da economia. No início de maio, o número de trabalhadores nesta situação excedia 1,25 milhões<sup>9</sup>, num país cuja população empregada no primeiro trimestre do ano não chegava a cinco milhões, segundo o INE<sup>10</sup>.

Esta entrada maciça em inatividade é um prenúncio das muitas falências esperadas e de uma enorme subida do desemprego. A economia portuguesa ficou muito dependente do turismo, que nos anos mais recentes chegou a gerar perto de 15% do PIB e cerca de 10% do emprego, o que a coloca agora numa posição muito vulnerável, devido ao colapso do sector, por um período ainda indefinido. O Estado português adotou várias medidas de apoio às empresas, com vista a conter o aumento de desemprego, sobretudo facilidades de crédito e adiamento de obrigações fiscais, o que é particularmente útil para os sectores que têm uma perspectiva de retoma forte da atividade num prazo razoável. Para os outros sectores – como o turismo e outros serviços prestados por pequenos negócios familiares – poderá ser um meio de ficarem ainda mais arruinados. Além de centradas no crédito, estas medidas têm um peso reduzido no PIB nacional, face às anunciadas por outros países.

O Governo português (e os de outros países da zona euro) tem no entanto uma boa razão para manter os seus apoios limitados a uma percentagem reduzida do PIB. Na sequência da crise financeira de 2008, a União Europeia disse aos países-membros que se endividassem para terem capacidade para gastar abundantemente e assim evitarem uma recessão ainda mais grave do que a que veio a ocorrer em 2009. Devido a essa política, os países que tinham dívidas públicas mais elevadas foram atacados pelos mercados financeiros, que passaram a cobrar juros proibitivos, à medida que as várias emissões iam vencendo e era preciso ir ao mercado pedir mais dinheiro para rolar essa dívida. E durante cerca de dois anos o BCE nada fez em seu auxílio.

Nesse momento, deixou de haver uma ação coordenada solidária e os países com economias mais fortes impuseram condições muito duras aos países mais endividados (como Portugal, Grécia e Irlanda) para os resgates das três instituições que ficaram conhecidas como “troika”. Como já foi referido, essas condições implicaram cortes brutais na despesa dos Estados e desemprego maciço, debilitação de serviços públicos essenciais, como o de saúde, cuja fraqueza é agora uma das razões para a paralisação prolongada de muita atividade económica. Esta situação com o sistema de saúde no Sul da Europa apresenta aliás semelhanças com o que se passa, com diferentes intensidades, em muitas partes do mundo Ocidental (Harvey, 2020).

Na situação atual, que tem alguns paralelos com economia de guerra, uma das respostas fundamentais à crise é a criação de dinheiro pelos bancos centrais de cada país, para financiarem os respetivos Estados e mesmo empresas, conforme já foi anunciado nos EUA<sup>11</sup> – onde o governo atual lançou a hipótese de colocar diretamente dinheiro nas contas dos cidadãos, sem exigir contrapartidas. Nos países que usam o euro, esta opção é inviabilizada pelos tratados em vigor, que impedem o BCE de emitir moeda para financiar diretamente os Estados.

<sup>9</sup> <http://www.gep.mtsss.gov.pt/indicadores-covid-19-mtsss>

<sup>10</sup> [https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine\\_indicadores&indOcorrCod=0005545&contexto=pi&selTab=tab0](https://ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0005545&contexto=pi&selTab=tab0)

<sup>11</sup> <https://www.lesechos.fr/idees-debats/editos-analyses/les-banques-centrales-vont-devoir-avalier-les-dettes-du-virus-1192046>

O que tem sido discutido ao nível dos responsáveis máximos da zona euro – o Conselho de chefes de Estado e de Governo e o Eurogrupo – é apenas a possibilidade de endividamento solidários, através da emissão de dívida conjunta por todos os Estados da zona euro, através de obrigações cujo reembolso seria assegurado por todos eles. Mas os estados com economias mais fortes e menos endividados e que têm beneficiado com o *statu quo* opuseram-se firmemente a esta possibilidade – a Holanda, Alemanha, Áustria e Finlândia. Ao passarem a ser corresponsáveis pela dívida de outros países pois, estes países iriam pagar um juro mais alto do que atualmente, enquanto os países atualmente já mais endividados do Sul, e com economias mais frágeis, pagariam juros menores.

Afastadas estas duas possibilidades, pelo menos de momento, o Eurogrupo (que reúne os ministros das Finanças dos países da zona euro) decidiu há algumas semanas um conjunto de medidas para facilitar acesso a crédito barato num total de cerca de 500 mil milhões de euros (500 bilhões, na nomenclatura brasileira), através de várias instituições europeias. Este valor é muito reduzido face às necessidades. Só para a Alemanha, em março o seu Governo já tinha decidido um pacote de ajudas à sua economia de 750 mil milhões de euros<sup>12</sup>. E o fato de ser crédito a conceder a cada país individualmente significa que a dívida pública aumentará e nalguns países ficará ainda mais insustentável numa perspetiva de mercado. De momento, a Comissão Europeia está a preparar um conjunto de medidas que deverão envolver um bilião de euros (um trilião, na nomenclatura brasileira), com uma componente a título de subsídio e outra de crédito, sendo de esperar que esta última seja predominante.

No fundo, os dirigentes europeus querem mudar alguma coisa para que o essencial fique na mesma. Poderá haver ainda alguma surpresa positiva, mas de momento afigura-se muito improvável. Assim, dentro de alguns meses, quando o funcionamento dos mercados financeiros eventualmente regressar a alguma normalidade, os países mais endividados correrão o sério risco de se verem numa situação semelhante à de 2010-2012, quando não conseguiam rolar as dívidas no mercado com juros razoáveis, ou ficaram mesmo sem acesso a financiamento nesses mercados, como aconteceu com a Grécia. Será então o momento de uma crise financeira, em cima da crise económica em curso e quando a crise de saúde pública poderá não estar ainda completamente resolvida – um verdadeiro pandemónio.

Face a este risco, dirigentes italianos vieram dizer em público que ou há solidariedade ou a Itália resolverá a situação sozinha – uma ameaça de saída da zona euro que significaria o fim da moeda comum europeia e da própria UE. O primeiro-ministro de Espanha fez um apelo no mesmo sentido<sup>13</sup>, tal como um dos presidentes históricos da Comissão Europeia<sup>14</sup>, Jacques Delors, que fala em “perigo mortal” para a União. E até a UE está em risco de extinção, com apelos cada vez mais dramáticos de altos responsáveis, como o vice-primeiro-ministro espanhol Pablo Iglesias, que a 8 de maio dizia ao Financial Times<sup>15</sup>.

É possível que estejamos apenas perante uma dramatização de posições num momento crítico e que depois (quase) tudo volte ao *status quo ante*, como aconteceu após passar o fundo da crise de 2008 e das dívidas soberanas. Mas não parece muito seguro apostar nisso, até porque agora o contexto político-eleitoral é radicalmente diferente. A situação dramática da Itália poderá em próximas eleições facilmente reverter a favor da Mateo Salvini, o anterior vice-primeiro-ministro que não escondeu sua hostilidade ao euro. Numa sondagem realizada já depois de o Corona vírus ter colocado o país de pantanas, 67% dos italianos disseram ser desvantajoso pertencer à União Europeia<sup>16</sup>. E há poucos dias o Tribunal Constitucional alemão pôs em causa um programa de compra de obrigações dos países da zona euro pelo Banco Central Europeu, ameaçando

<sup>12</sup> <https://www.spiegel.de/international/germany/german-cabinet-agrees-to-750-billion-euros-in-emergency-aid-measures-a-9905ff76-c22d-4a9e-a3d4-c44633daf94e>

<sup>13</sup> [https://elpais.com/elpais/2020/04/04/opinion/1586022750\\_086446.html](https://elpais.com/elpais/2020/04/04/opinion/1586022750_086446.html)

<sup>14</sup> <https://www.lefigaro.fr/politique/le-manque-de-solidarite-est-un-danger-mortel-pour-l-europe-selon-jacques-delors-20200328>

<sup>15</sup> <https://www.ft.com/content/e37718a5-8e1c-4ef4-93c5-72801773ca39>

<sup>16</sup> <https://www.fanpage.it/politica/coronavirus-nei-sondaggi-sale-fiducia-nel-governo-conte-292-4-punti-in-un-mese/>

proibir o banco central alemão de continuar a participar nesse programa. Isso poria também em causa a existência do euro. As forças de rotura têm-se vindo a reforçar.

### Nacionalismo económico e desglobalização

Assim, o que se perspetiva como mais provável na UE é um retorno mais ou menos intenso a algum nacionalismo económico, quer dos seus países quer eventualmente do conjunto da UE face ao exterior, se esta sobreviver no contexto que se desenha. Seja como for, num mundo em que a própria globalização neoliberal estava em recuo acelerado – pense-se nas guerras comerciais, nomeadamente entre EUA e China, e no uso de sanções económicas e financeiras pelo Ocidente como instrumento de geopolítica – isto representará um ponto de viragem para um novo mundo em termos geoeconómicos. A desglobalização começou e até já foi anunciada na *Spiegel*<sup>17</sup>, uma importante revista alemã que tem sido porta-estandarte do ordoliberalismo globalista que arrastou vastas camadas da população europeia para a pobreza.

Este empobrecimento de muitos europeus não tem acontecido de uma forma territorialmente homogénea, nem em termos de países nem de regiões dentro dos países. Isso tem sido estudado e há vasta bibliografia sobre como as principais áreas metropolitanas se têm reforçado e as outras regiões esvaziado e/ou empobrecido. A região Norte de Portugal é aliás um caso exemplar destas tendências, que fizeram com que tenha sido uma clara perdedora no processo de globalização, pois a sua indústria foi em parte deslocalizada (Madeira, 2014).

Isto teve importantes consequências nos eleitorais e políticas nos últimos anos. O exemplo mais óbvio foi o do referendo que, em 2016, decidiu a saída do Reino Unido da UE, em que houve uma coincidência forte entre a concentração do voto a favor da saída e as regiões que mais tinham perdido com a desindustrialização, num contexto de desigualdades regionais em máximos históricos (McCann, 2016). Mas pode-se pensar noutros exemplo, como a votação muito forte na direita nacionalista representada por Marine Le Pen em França, ou no sucesso eleitoral da direita nacionalista em Itália, protagonizada pela Liga de Matteo Salvini. Nestes dois casos, o discurso político opõe-se vários aspetos do funcionamento da UE e do euro.

Para os geógrafos, abrem-se novos desafios em termos de pesquisa que dê conta das novas realidades que irão impor-se. Por um lado, do ponto de vista da geografia económica e do desenvolvimento, haverá toda uma nova realidade para mapear, de início talvez não tanto em termos de desenvolvimento desigual, mas de declínio desigual (para usar a expressão de Neil Smith [2008]<sup>18</sup>), a várias escalas. Muito do que se passar neste domínio na Europa dependerá da continuidade, ou não, da UE na sua atual forma. E a profundidade e intensidade dos reajustes de desenvolvimento e declínio de muitos territórios dependerá também disso, inclusive no Brasil e na América do Sul. E haverá também novas lógicas geopolíticas, bem como novas geografias políticas.

### REFERÊNCIAS

Bank of England. **Monetary Policy Report**, May 2020. ISSN 2633-7819 (<https://www.bankofengland.co.uk/-/media/boe/files/monetary-policy-report/2020/may/monetary-policy-report-may-2020.pdf>, consultado em 7 de maio de 2020)

<sup>17</sup> <https://www.spiegel.de/international/world/future-of-our-global-economy-the-beginning-of-de-globalization-a-126a60d7-5d19-4d86-ae65-7042ca8ad73a>

<sup>18</sup> Smith, Neil (2008 [1984]), *Uneven Development – Nature, Capital and the Production of Space*. Terceira edição, com um novo prefácio de David Harvey, The University of Georgia Press, Athens e Londres.

International Monetary Fund. **World Economic Outlook**, April 2020 (<https://www.imf.org/en/Publications/WEO/Issues/2020/04/14/weo-april-2020>, consultado em 6 de maio de 2020)

HARVEY, David. Política Anticapitalista em tempos de COVID-19. In DAVIS, Mike, et al: **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

MADEIRA, Paulo Miguel. Dinâmicas Regionais Ganhadoras e Perdedoras na União Europeia Durante a Globalização Económica. **Revista Portuguesa de Estudos Regionais**, Lisboa, n. 37, p. 43-56, set.-dez. 2104.

MCCANN, Philipp. **The UK Regional-National Economic Problem**. Abington UK and New York: Routledge, 2016.

SMITH, Neil. **Uneven Development – Nature, Capital and the Production of Space**. Terceira edição, com um novo prefácio de David Harvey, Athens e Londres: The University of Georgia Press, 2008 (1984).

### Como citar:

MADEIRA, P.M. Virus expõe falha sistémica na União Europeia. **Textos para Discussão**. Florianópolis, v.1, n.3, 2020.